

Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia

Audição do Eng.º Humberto Trindade Borges de Melo

Ponta Delgada, 25 de julho de 2017

Eram 10 horas e 41 minutos.

(*) **Presidente:** Temos a Sra. Deputada Graça Silveira connosco a partir da Terceira, muito bom dia. Bom dia, Sras. e Srs. Deputados. Sr. Presidente Humberto Melo, muito bom dia e muito obrigado pela sua presença.

A comunicação social reclama pelo menos tirar imagens. Acho que conforme é da praxe vamos autorizar neste tipo de sessão. E, portanto, vamos prosseguir com as nossas audições. Vamos ouvir hoje o Sr. Presidente Humberto Melo e de seguida também o Sr. Presidente Mota Amaral. Estima-se que em setembro, em data que havemos depois no fim de marcar, consigamos cumprir o nosso plano de audições e também marcar aí e depois disso a data final, porque só aí é que fará sentido para a entrega pelos Grupos e Representações Parlamentares da chamada carta de princípios sobre a reforma da Autonomia e depois entraremos então, obviamente, numa outra fase dos nossos trabalhos.

Sr. Presidente, mais uma vez muito obrigado pela sua presença. Sabe naturalmente ao que vem, até porque é uma personalidade da Casa. Eu vou seguir a metodologia habitual que lhe propõe dar a palavra para fazer a exposição que bem entender e depois, naturalmente, faremos o debate também que é habitual nestas ocasiões. Muito obrigado mais uma vez, Sr. Presidente. Tem a palavra.

(*) **Eng.º Humberto Trindade Borges de Melo:** Bom dia. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meus caros amigos. É sempre um gosto aqui voltar a esta Casa, não só por razões pessoais, mas também por razões institucionais. A participação cívica é essencial à Democracia e acho que esse é o caminho verdadeiro da Democracia plena e integral.

Sobre a reforma da Autonomia, a designação preocupa-me, de certa forma, no sentido em que acho o enquadramento demasiado lato e a amplitude é tão grande, tão grande que eu dividiria talvez em dois planos. Há matéria que (eu não sou jurista, portanto vou fazer uma justiça mais pragmática, no sentido prático das coisas), naturalmente, tem que ter reflexo no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e quiçá uma delas, que já deixo (tenho dúvidas se não terá mesmo de ir à Constituição, que não seja preciso uma revisão constitucional), que é uma questão central e para o futuro dos Açores é essencial, que é a questão da gestão partilhada do mar. Mas isso eu deixo aos analistas e aos peritos essa decisão.

A conjuntura atual penso que não é favorável a falar muito da Autonomia. Diria eu, desta maneira, de uma forma simples: não se vê ou não se sente na sociedade uma grande atração pelo tema. Isso também me preocupa! Por isso me parecia mais urgente, embora enquadrado numa revisão da Autonomia, algumas matérias, concretamente a participação cívica. A abstenção é uma das questões que está aí e está englobada no quadro referencial que nós temos entre mãos e penso eu que aí (nem sequer é preciso revisão estatutária) há matéria a desenvolver.

No plano legislativo continuo a achar que a Região, na transposição de legislação, demora demasiado tempo e às vezes até nem faz bem feito. Eu não queria concretizar com casos, mas nas áreas em que participo mais, no domínio económico, verifica-se isso com alguma frequência. Atrasos sistemáticos de tempo, demasiado... anos, alguns até mais do que 5, 6 anos. Ora, isso não é bom! Não é para isso que nós temos Autonomia! A Autonomia é uma resposta eficaz, concreta, real aos problemas dos açorianos. Hoje, penso eu (não tenho nenhum estudo que diga, mas...) que aquilo que está na cabeça dos açorianos, a preocupação número um é a vida, é o problema económico, é a crise, é o que as pessoas sentem, são as dificuldades. E, portanto, esse falar em Autonomia, as pessoas levam isso para política. Portanto, há aqui... eu não estou na Comissão, não sei a adesão popular que isso tem tido, mas pelo menos na sociedade civil em geral verifico ou sinto pelo menos que isso é uma pecha que persiste. Que persiste. Fala-se em Autonomia e penso que o Parlamento precisa urgentemente de qualquer coisa! Não queria dizer o que é, mas precisa! A Instituição Parlamentar não é só o Regimento! Acho que os partidos também têm um papel aí, tenho que ser sincero. Não é só! O Regimento é importante e é preciso fazer qualquer coisa, mas os partidos também têm que... os partidos, os Deputados que são os canais de transmissão parlamentar, penso que é preciso fazer qualquer coisa. A Instituição Parlamentar não está bem! Não está bem aos olhos das pessoas, nem sequer estou a fazer uma crítica, estou transpondo aquilo que ouço e que se sente e tem vindo a perder prestígio. Deixou-se na Assembleia de falar dos temas que dizem respeito às ilhas, particularmente às ilhas. Não é? As questões mais diretas. E penso que aí era urgente não deixar continuar a arrastar esse processo indefinidamente. Não me parece positivo e acho que era imediato. Devia ser uma decisão tomada com alguma... isso depende de todos, naturalmente, depende dos partidos, depende dos líderes parlamentares, depende da Mesa, depende dos Deputados, mas eu julgo que não se pode ficar indiferente e essa questão é urgente. É urgente ter uma Instituição Parlamentar forte e prestigiada. É o coração da Autonomia e é o coração da Democracia.

Acho urgente, por exemplo, em vez de falar em reforma da Autonomia fazer qualquer coisa, outro caminho. Porque é que não se aplicam as Finanças

Regionais, por exemplo? A gente está aqui com grandes dificuldades económicas, voltar ao referencial de 2013 ou 2010, penso que é 13...

Deputada Zuraida Soares (BE): É 10. É 10...

O Orador: É 10?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): 10.

O Orador: Isso eu acho que era uma coisa que... porque isso depois tem consequências de natureza... quando se fala em Autonomia, fala-se em coesão, em desenvolvimento, em sustentabilidade e penso que isso também é umas questões que devia, com algum carácter de urgência... até porque a Região também tem dificuldades. Se não tem, as pessoas sentem-nas no domínio financeiro. Também não lançava muito mais pontos, portanto, acho que esses quatro ou cinco, mas como prioridade então ponha essas três questões.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, está naturalmente aberto o debate para qualquer comentário, qualquer pedido de esclarecimento, qualquer achega. Não sei quem é que se quer inscrever. Geralmente o mais difícil é começar.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça o favor.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente. Naturalmente, desde logo um agradecimento ao Sr. Presidente Eng.º Humberto Melo pelo seu contributo e por mais esta visão conhecedora das questões que nos trazem a esta Comissão e, naturalmente, mostrar o meu agrado pelo facto de termos a possibilidade de ter a sua visão, nomeadamente quanto às questões mais prementes em termos da afirmação da Autonomia enquanto resultado para a vida das pessoas. Queria salientar apenas (se calhar por ser tão ilhéu como os outros, mas de uma ilha mais pequena) essa necessidade de discussão dos problemas de cada uma das ilhas ter uma diferente presença parlamentar que certamente não é culpa de ninguém, será culpa de todos. E, portanto, parece-me que era aquilo que nesta altura gostaria de salientar, também como uma preocupação comum.

E, de resto, realmente parece-nos também importante que a afirmação do exercício da Autonomia para a vida das pessoas é um assunto que nos deve motivar para transformarmos, se calhar, o exercício das funções e das competências na Autonomia na vida concreta das pessoas, na melhoria das suas condições de vida. E nessa perspetiva também lançava ao Sr. Presidente uma questão quase que informal, com aquele ponto de interrogação no final que não deixa de ser também um comentário relativamente a essa perspetiva, em termos do exercício das competências Autónomicas, aquilo que já está previsto no nosso Estatuto, nomeadamente no âmbito da afirmação externa dos Açores, em termos não só da União Europeia como no próprio contexto internacional, como uma necessidade para também transformar em consequências práticas para a vida das pessoas, nomeadamente em termos de possibilidade de termos outra palavra a dizer nos assuntos que nos afetam

diretamente. E era nessa perspectiva que essa evolução da minha parte ficava como um desafio para o comentário do Sr. Presidente, em termos daquilo que será a possibilidade de nós fazermos valer aquilo que já são competências nossas.

(*) **Presidente:** Muito bem. Bom, eu vou-me inscrever. Aliás, já me tinha inscrito, posso testemunhar.

(Sorrisos)

Gostava também de, relativamente à intervenção do Presidente Humberto Melo, tocar dois pontos que me parecem importantes. O primeiro e também não faz mal nenhum, seja pelo ponto de vista mais moderno da autoanálise, seja pela boa tradução *Marxista* da autocrítica, de nós nos referirmos, falarmos um bocadinho de parlamento, porque os parlamentos realmente são tão importantes que não há democracia sem eles e até as falsas democracias gostam de ter aparências de parlamentos e não dispensam, aliás, aparências de parlamentos, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exatamente!

O Orador: ... daí a sua importância, embora a sua importância parece ser inversamente proporcional à sua reputação. Talvez porque seja o sítio onde se faz a política pura, talvez porque seja o sítio onde de forma menos mediata (essa pedagogia parece-me absolutamente essencial) as pessoas percebam (retomando, por exemplo, uma frase que eu gosto muito do Presidente Vasco Cordeiro de que a Autonomia também é pão, ou a Autonomia é pão) que se não fosse um conjunto de consagrações autonómicas, até estatutárias daquilo que teoricamente possa parecer o mais árido, não se teriam mantido uma série de conquistas. Basta pensarmos, por exemplo, no veto que tomou o nome de fiscalização preventiva da Lei do Orçamento, de 2014, quando estavam em causa um conjunto de garantias e compensações para os açorianos, fundamentais sobretudo numa altura de crise e de austeridade e que conforme pudemos constatar pela simples leitura do acórdão (um dos bons esse do Tribunal Constitucional), não fora a evolução da reforma autonómica inclusiva da terceira revisão estatutária que densificou aqueles conceitos, eventualmente essas compensações não se teriam mantido. E, portanto, é fundamental ainda que possa ser um bocadinho difícil porque as coisas não são imediatas, essa pedagogia de que essas coisas das reformas autonómicas, das revisões estatutárias, das revisões constitucionais, dos sistemas de governo, não são apenas umas coisas chatas para políticos se entreterem, mas são coisas que de forma mediata acabam, num estado de direito, por garantir ou amplificar um conjunto de conquistas que têm a ver, essas sim, com a vida diária e concreta das pessoas, com o rendimento das pessoas, etc. É claro que nos cabe, naturalmente, não só, mas também obviamente a nós fazermos essa pedagogia. E relativamente aos parlamentos

e ainda mais num sistema parlamentar eu acho que também aqui os nomes são um bocadinho irónicos, quer dizer, alguns jornalistas vão dando por isso com alguma admiração ingénua dizendo, por exemplo, que temos um sistema parlamentar, mas afinal o nosso Parlamento, se calhar, na prática, em termos políticos não manda assim tanto. Bom, isso para quem conhece o sistema de partidos e a ciência política sabe que isso é típico dos sistemas parlamentares puros. Basta a gente pensar que em Inglaterra, a Rainha lê o discurso que lhe escrevem e que o Primeiro-Ministro quando lhe dá jeito (ou quando pensa que lhe dá jeito, às vezes enga-se) antecipa as eleições. E, portanto, é típico... ao contrário, se quisermos um presidente de comissão com peso podemos ir aos Estados Unidos que é um sistema presidencialista e perguntar pelo Presidente de Comissão do Orçamento ou Finanças, ou dos Serviços Secretos, ou uma coisa assim. Portanto, os sistemas são um bocadinho enganadores. Mas, apesar de tudo, eu acho que também é bom nós termos consciência que temos uma tradição parlamentar interessante e que eu acho que no essencial nos orgulha, mesmo em termos comparativos, ou da realidade comparada com casos até muito próximos. A nossa tradição de mesas pluripartidárias, de comissões pluripartidárias, de haver tempos mínimos e de garantia dos Deputados poderem falar, os conceitos que temos de representação, obviamente que tinham que ser aqueles, mas os poderes que damos às Representações Parlamentares e o conceito que temos de Grupo Parlamentar é naturalmente o mais generoso possível, tendo em conta a gramática e aquilo que é pluralidade, que é partir de um. E, portanto, sob esse ponto de vista creio que temos uma tradição que até deve ser valorizada. E aqui há preconceitos, um deles também tem a ver com os mecanismos de retenção da memória e da traição da memória. Uma coisa também que eu também acho muita piada sempre é (numa versão um bocadinho mais mitigada de que no meu tempo é que era bom): os primeiros parlamentos é que eram bons, isto agora é uma desgraça! E depois repete sempre os primeiros 5 ou 6 nomes, não se fala nos outros trinta e tal. Isso faz-me lembrar um bocadinho aquela versão da música dos anos 60, em que a gente ouve sempre a mesma coletânea que tem vinte músicas, são as melhores e nós adoramos. Felizmente ficamos dispensados dos outros milhares que o tempo devorou. E, portanto, também há aqui uma injustiça histórica que a memória como realidade construída mais do que relato fiel nos vai impondo e que nós também temos penso eu, o dever pedagógico e eu diria mesmo democrático de combater. Bom, eu punha agora, à semelhança e seguindo o bom exemplo do Deputado João Bruto da Costa nesta matéria, um ponto de interrogação à frente desta minha intervenção e deixo à consideração do nosso convidado.

Não sei se há alguém que se queira inscrever agora. Então dou a palavra ao Sr. Presidente Humberto Melo.

(*) **Eng.º Humberto Trindade Borges de Melo:** Sim senhor. Caro amigo, estou plenamente de acordo com aquilo que diz o nosso amigo, antigo Presidente também, Francisco Coelho. Claro que sim, quer dizer, quando faço uma reflexão mais crítica é de preocupação, não é de crítica para falar mal, não é nesse sentido. Portanto, estou plenamente de acordo, aliás é de facto esse saudosismo (não passei lá meia dúzia de dias, isso sente-se e percebe-se), mas não era isso que eu queria dizer. Não podemos de deixar de fazer essa pedagogia, talvez eu não tenho sido explícito, mas é preciso intensificar essa pedagogia. Claro que há! Basta ler os jornais, exatamente, quem tem o cuidado de ler vê que há uns jornalistas, não sei é intencional ou não, mas claro que há! Eu acho que é preciso intensificar a pedagogia da Autonomia. Estou plenamente de acordo! Ao nível sobretudo nas novas gerações há uma certa preocupação, porque se sente um certo afastamento dos mais jovens da atividade política. Eu penso que há aqui... não é só nos Açores, naturalmente, é um problema que nos ultrapassa. É no exterior. Mas, eu sinto que há um afastamento. Falta de capital de esperança, será isso? Falta de capital de esperança, de acreditar? É preciso fazer qualquer coisa. É mais nesse sentido de fazer algo que deixe, porque de resto estou plenamente de acordo. É a evolução dos parlamentos. É a evolução, eles todos têm o seu tempo... Verifico sim que, embora não estando no Parlamento, que há um capital de queixa das ilhas relativamente aos seus assuntos no Parlamento. Isso sim! Acho que se perdeu um pouco aquele espaço de debate das questões de ilha. Isso perdeu-se um pouco. É nesse sentido! E eu quando digo que é preciso fazer é porque é importante que cada uma das ilhas se reveja e particularmente as mais pequenas, porque talvez seja o palco privilegiado da sua exteriorização e do sentimento das dificuldades que elas próprias têm. Esse baixar de braços em relação à Autonomia penso que não tem a ver com mais nada, tem a ver com políticas, com as circunstâncias. A desertificação das ilhas é um problema que não é fácil, não é fácil de resolver. Claro que não, mas é um problema!

O desemprego jovem, por exemplo, eu acho que isso faz desacreditar um pouco uma certa geração na Autonomia por não haver resposta. Eu não tenho soluções! Nem sequer me atrevo, mas que é uma preocupação, é! E aqui à volta de mesa tem gente nova que sabe, que sente e que tem colegas, alguns têm filhos e sabem disso. Portanto, isso é problema! O próprio jogo político e agora já há uma outra coisa, o próprio jogo tem que ser menos partidário e mais político, mais verdadeiro! A relação do poder Regional, do poder autárquico com as instituições em geral tem que ser uma coisa "limpa"! Tem que ser um jogo político e não partidário! Mais político e menos partidário! Isso é mais o coração a falar talvez, mas pronto, acho eu que é importante. Eu digo isso porque eu, há dias, estive com 4 pessoas novas de 27 a 30 anos e todos eles dizem: – eh pá, isso é tudo a mesma coisa, dizes uma coisa, o outro diz outra coisa... Isso não é bom! E porque a gente está a falar com

uma geração intelectualmente mais perspicaz do que os que têm de ensino quarta classe, deixa-me dizer assim. É preciso ver isso! Não é fácil, eu sei que não é fácil, mas fica a preocupação e é preciso fazer alguma coisa.

Presidente: Muito bem. Vamos continuar o nosso debate. Sr. Deputado Francisco César, faça o favor.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente da Comissão, permita que o cumprimente. Ao Sr. Presidente Humberto Melo também um especial cumprimento. A todos os colegas também permitam que os transmita um cumprimento. Muito bem, Sr. Presidente Humberto Melo, eu ouvi-o atentamente e dividi a sua intervenção mais ou menos em duas questões, três se quisermos ser mais profundos. A primeira é, digamos, a questão chapéu que tem a ver com a atratividade do tema da reforma autonómica para a sociedade açoriana, cujas causas apontou, algumas das causas fez por apontar, nomeadamente a questão da materialização das políticas junto das pessoas, ou pelo menos da perceção que as pessoas podem ter das políticas de que são alvo. Em segundo lugar, um pouco o jogo político, ou o jogo partidário se quiser assim chamar. E depois, para além disso, a falta de temas específicos que digam respeito a determinados mercados, se quisermos chamar assim, em termos do eleitor, o problema das ilhas nomeadamente. Essa é uma questão mais global e que a reforma da Autonomia deverá abordar. Podemos falar de transparência dos atos públicos, da melhor divulgação daquilo que é feito e porque não da melhoria de todas as políticas públicas.

Segundo tema que menciona, a questão, digamos, de legislação chave: a partilha do mar; se quiser, na sua opinião, a questão da Lei das Finanças Regionais, por exemplo; a própria reforma do sistema parlamentar (ou melhoria, não lhe chamemos reforma), ou pelo menos do seu funcionamento. Não referiu a questão do Representante da República. Não referiu, penso eu...

Eng.º Humberto Trindade Borges de Melo: Já tinha sido no passado... já tinha escrito alguma coisa sobre isso.

O Orador: ... sim, muito bem. Que é também uma questão que tem algum peso. Não é? E depois fala aqui da questão de transposição de legislação, em algumas matérias concordo consigo. Depois fala do Parlamento e aí faz todo o sentido a discussão, sobretudo quando estamos perante Deputados. Como é que podemos melhorar o funcionamento do Parlamento? Nós todos podemos fazer a pedagogia de que os partidos devem ter um outro tipo de comportamento, devem fazer um jogo político mais puro. Mas, quando nós legislamos ou trabalhamos na reforma das regras do Parlamento são essas que devem impedir que haja desvios e que o sistema funcione, porque quer a gente queira, quer não, nós todos por princípio trabalhamos dentro do sistema político. Os partidos que aqui estão não funcionam fora do sistema partidário, do sistema democrático, funcionam dentro do sistema

parlamentar. E, portanto, o que nós temos é que ter um conjunto de regras que permitam que a todo o momento haja garantias de representatividade do voto popular, quer para as maiorias... o Sr. Presidente fez parte ou trabalhou com governos do Partido Social Democrata que tiveram maiorias absolutas, o atual Partido Socialista tem maioria absoluta e, portanto, nós temos que ter um sistema que funcione e que permita respeitar os direitos das minorias, mas também respeitar os direitos das maiorias. É um facto que o atual Regimento e o atual funcionamento da Assembleia, o Sr. Presidente poder-me-á corrigir, mas deverá ter mais de 10 anos, talvez.

Presidente: 2001, se não estou em erro.

O Orador: Bastante mais de 10 anos. E, portanto, nós estamos a falar de um Regimento que regulamenta um funcionamento de uma Assembleia com uma composição totalmente diferente, com um conjunto de solicitações totalmente diferente e, portanto, que hoje poderá não estar compatível (na minha opinião não está compatível), quer com as necessidades das oposições, quer com as necessidades da própria maioria parlamentar. Aliás, falava há pouco da questão dos debates de ilha. Não é? Os debates de ilha, acaba por ser a falta deles... tem a ver, coloquemos assim, com as opções de todos os partidos, porque acham que há um determinado conjunto de matérias que devem ser debatidas e que essas preterem o debate local. Nós chegamos a ter um funcionamento de uma Assembleia que tem dezenas de votos de congratulação, de pesar, etc., alguns deles repetidos de vários partidos. Bom, depois acabamos por não fazer o debate de ilha, depois acabamos muitas vezes por não ter as declarações políticas, porque há sucessivamente debates de urgência, mas a própria oposição e muitas vezes a própria posição, chamemos-lhe assim, requer ou tem necessidade deles. Qual é a opinião do Sr. Presidente em termos do caminho que deverá ser seguido na reforma deste Regimento? Como é que nós podemos melhorar este Regimento de forma a que, quer o direito da maioria, quer o direito... e estou a pôr exatamente os mesmos pontos sem qualquer tipo de escolha. Qual é o caminho que nós devemos seguir? Porque nós sabemos que há reformas no Parlamento Nacional que foram feitas e neste momento há poucas queixas, quer da oposição, quer da posição. E, portanto, qual é o caminho que considera que devemos seguir? É porque parte do jogo político é feito aí e está regulamentado aí.

Presidente: Não sei se há mais alguma inscrição para já. Creio que não. Sr. Presidente Humberto Melo, faça o favor.

(*) **Eng.º Humberto Trindade Borges de Melo:** Quer dizer, não tenho nenhuma resposta para ser sincero, mas...

Deputado Francisco César (PS): Basta começar.

O Orador: ... também não é fácil, mas acho que se pode fazer alguma coisa e deve-se fazer alguma coisa sobretudo chamando, como o meu amigo diz e bem, a posição e a oposição, portanto todos têm que participar nisso. Eu, há

muito tempo, aliás foi na altura em que se discutiu este atual Regimento que há na Assembleia, fiz parte dessa Comissão e eu tinha uma teoria (eu agora vou dizer, falei com um ou dois e depois não vingou, nem sequer vingou do lado do PSD) que era: o Parlamento tem um problema de atualidade política que é o facto de reunir mês a mês. Cria um problema. Eu tinha falado com duas ou três pessoas e disse: – porque é que o Parlamento não reúne num modelo diferente de 15 em 15 dias? Fazendo a Comissão num dia... por exemplo, segunda-feira à tarde e terça de manhã Comissão. Interrompia e depois fazia quarta de tarde (tinha um dia para os Grupos Parlamentares reunirem) ... fazia quarta, quinta e acabava sempre à sexta-feira, às duas da tarde. E, portanto, havia sempre Sessão Plenária de 15 em 15 dias e Comissão anterior. Eu vou-lhe dizer com quem falei, pelo menos uma das pessoas eu vou dizer: o Sr. Madruga da Costa. Isso até era bom para o Faial e ele disse-me: – não! Oh pá, não fales nisso... Eu falei com mais dois ou três e estou a falar dentro do PSD. Portanto, isso não colheu. Só colheu depois com o Victor Cruz. Quando ele foi candidato disse: – aquela tua ideia... nos vamos repescar aquela tua ideia. Bom, eu não sei se é boa ou má, mas era uma coisa que ficou por aí na cabeça, porque eu acho que até é um problema de atualidade, o Parlamento quando reúne mês a mês também não resolve essa questão que o amigo está a pôr aqui e bem. Que modelo é que se poderia... rever os tempos, rever a metodologia de funcionamento. Tem que ser, porque realmente o Regimento quando foi feito nós tínhamos um quadro parlamentar que não era este, como é evidente. E, portanto, é preciso adequar isso. Também toda a gente tem que fazer um certo esforço, os partidos têm um papel nisso e continuo a achar que têm. Têm um papel. O meu amigo está dizendo, mas os partidos também têm esse papel, porque os Deputados são um instrumento do partido como é evidente e porta-vozes, portanto têm um papel. Eu acho que é preciso fazer alguma coisa, não sei bem o que é, mas volto a insistir que é preciso.

O Representante da República é para extinguir. É evidente! Quer dizer, eu tive o cuidado, aí há tempos, de mandar uma carta a responder aqui ao Sr. Presidente para uma audição anterior. O PSD defende isso e eu também defendo, aliás, eu usei uma frase que era: o Representante da República diz que isso era o caminho natural. Agora há aqui sempre o problema que é a figura que vai... quem é que assume esses poderes? Eu gostaria que fosse o Presidente da República, mas também percebo (eu não sou jurista...) que no nosso quadro constitucional essas coisas têm sempre uma dificuldade muito grande. Embora me pareça que o atual Presidente da República tem, sobre a Autonomia, um conceito e um pensamento que nos pode ajudar bastante. Ele até foi constituinte e, portanto, acho que ele pode... aliás, o discurso dele no Parlamento de certa forma é engraçado, embora levante ali um problema que é a dificuldade de sempre do Tribunal Constitucional (mas o amigo é que é jurista, pode nessa matéria dar outra...). Mas eu não tenho a resposta ali para

o Deputado Francisco César, isso não tem resposta direta. Não é? Não tenho... é preciso encontrar uma fórmula, não sei. Mas é esse esforço que os partidos não podem continuar a fazer, que o meu amigo está dizendo que é: fingir que... e fica tudo igual. É preciso fazer qualquer coisa, pronto. Não estou dizendo que isso vai melhorar muito, mas vai melhorar.

É essa coisa dos votos, por exemplo, isso não era possível acabar? Não me venham dizer a mim que não!

Deputada Zuraída Soares (BE): Não!

O Orador: Não querem.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não é possível!

O Orador: Pois, porque não querem. Claro! Não querem.

Deputada Zuraída Soares (BE): Nem pensar!

O Orador: Porque não querem! Isso aqui também não é o grande problema, mas aos olhos das pessoas... Isso não tem mal nenhum, o voto é o voto, mas aos olhos cá fora, as pessoas dizem: – oh pá, três votos, tudo igual, para que é isso agora!? Não é compreensível aos olhos da opinião pública.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Cada pessoa recebe três votos com o timbre da Assembleia.

O Orador: É, exatamente, depois na prática...

(*) Presidente: E aí é que está! A gente às vezes não se lembra da consequência prática disso que é: os destinatários concretos recebem três votos sobre a mesma coisa, com textos diferentes, assinados os três pelo Presidente da Assembleia.

Deputado Francisco César (PS): É uma coisa estapafúrdia.

(*) Eng.º Humberto Trindade Borges de Melo: Isso era como as insígnias de cada Partido... faziam três insígnias e eu recebia uma daquele, daquele... é a mesma coisa!

Presidente: Na parte das insígnias alguns haviam de gostar!

O Orador: Vinham aqui todos medalhados.

Deputada Susana Costa (PS): Casacos cheios.

O Orador: Vinham de casaco, exatamente.

(*) Presidente: A respeito dos Presidentes da República, meu caro amigo, usando uma linguagem um pouco irreverente, eu acho que os Presidentes da República são como os melões, a gente só sabe quando os abre.

Deputado João Vasco Costa (PS): (PS): Na hora da verdade, não é?

O Orador: ... e é um melão que só se abre no segundo mandato.

Eng.º Humberto Trindade Borges de Melo: Mas era preciso aproveitar isso agora, porque ainda está no primeiro.

O Orador: Muito bem, Srs. Deputados, não sei se há mais alguma questão ou algum pedido de esclarecimento que queiram colocar ao nosso convidado. Creio não haver. Assim sendo resta-me naturalmente agradecer a disponibilidade e o contributo do nosso Presidente Humberto Melo. Até sempre, meu caro.

(*) **Eng.º Humberto Trindade Borges de Melo:** Muito obrigado. Até sempre. Foi um gosto e desejo bom trabalho. Não é fácil! Não é fácil, já estive sentado aí desse lado. Não é fácil! É mais fácil dizer o que eu digo, dar uns palpites (estou a dizer uma coisa que não é para gravar: dizer mais um palpite). É evidente. Mas eu penso que é possível, com vontade, à volta da mesa fazer alguma coisa. Acredito que é possível! Estamos a falar com pessoas, com gente que tem inteligência, que gosta do seu povo, que quer servir os Açores, que quer afirmar a Autonomia e, portanto, acho que é possível. E vai valar a pena! É esse espírito que é preciso pôr em cima da mesa. Quando eu digo mais política e menos partidos é um pouco nesse sentido. É nesse sentido. É preciso fazer aqui um esforço. Eu não estive muito tempo na Assembleia, cheguei a estar numa altura em que havia (estava ali o Francisco César a dizer e bem) ... eu cheguei a estar como Presidente da Assembleia com o pai, o Carlos César é que era o Presidente do Governo, portanto num Governo de maioria...

Deputado Carlos Silva (PS): Relativa.

Deputado Francisco César (PS): Relativa.

O Orador: ... relativa, exatamente. Para mim foi o melhor momento e acho que ficou na história dos Açores, porque foi um Governo de facto de grande capacidade de execução. No Parlamento e no Governo havia uma pressão recíproca. Mas foi possível, quer dizer, apesar de com grandes dificuldades e num clima de tensão feroz. Imaginem vocês! Imaginem o que não era! Vejo a República e não é nada comparável. Foi aqui e foi um momento histórico. Fizemos coisas... É preciso pôr para trás das costas o interesse que é meramente mesquinho e pessoal. Isso é que é olhar para a frente!

Bom trabalho.

Presidente: Muito bem. Muito obrigado.

Eram 11 horas e 17 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador

P'lo redator: André Silva

